



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006042-43.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **OMNI S/A - Crédito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Sancarlense Turismo Ltda**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO propôs ação de busca e apreensão contra **SANCARLENSE TURISMO LTDA**. Alega, em resumo, que em 09/12/2014 emitiu a cédula de crédito bancário nº 1.00021.0000369.14, a ser paga em 36 parcelas mensais de R\$ 1.370,37, sendo que a última parcela venceria em 24/12/2017. Narra, ainda, que como garantia houve a alienação fiduciária à autora do veículo Scania/K-113, Ano 1992, Placas KSZ 6949, Chassi nº 9BSKC4X2BN3460971. Todavia, a ré se encontra inadimplente, dando ensejo à dívida de R\$ 25.291,57. Com efeito, a autora pede a consolidação da posse e propriedade do bem e a entrega dos documentos.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 03/35.

Foi concedida a liminar à fl. 36.

Houve a apreensão do veículo e a citação (fls. 42/45), não se manifestando nos autos a requerida.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de busca e apreensão fundamentada no Decreto-lei nº 911/69.

Não envolvendo a lide quaisquer das hipóteses previstas no art. 345, do Código de Processo Civil, a revelia da requerida faz presumir a veracidade dos fatos alegados na inicial, i.e., que deixou de cumprir a obrigação contratual de efetuar o pagamento das prestações no vencimento, dando causa à resolução do contrato. Além disso, os documentos acostados aos autos – notadamente o contrato de fls. 04/07 e as notificações de fls. 08/12 – dão suporte à pretensão da autora.

Portanto, as afirmações da parte estão comprovadas nos autos e a ré, devidamente citada, ficou inerte, não havendo outro caminho do que suportar os efeitos da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A procedência é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar resolvido o contrato e consolidar nas mãos da autora o domínio e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, cuja apreensão torno definitiva e livre de pagamento relativo a infrações de trânsito, IPVA e demais sanções de responsabilidade do requerido.

Cumpra-se o disposto no art. 2º, do Decreto Lei nº 911/69, tomando-se as providências necessárias.

Condeno a requerida ao pagamento das despesas, custas do processo e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.R.I.C. e ao arquivo, oportunamente.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 29 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**